



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

|                            |                        |                 |          |
|----------------------------|------------------------|-----------------|----------|
| <b>Número do</b>           | 1.0024.11.045360-2/001 | <b>Númeraço</b> | 0453602- |
| <b>Relator:</b>            | Des.(a) Kárin Emmerich |                 |          |
| <b>Relator do Acórdão:</b> | Des.(a) Kárin Emmerich |                 |          |
| <b>Data do Julgamento:</b> | 18/02/2014             |                 |          |
| <b>Data da Publicação:</b> | 28/02/2014             |                 |          |

**EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - CRIME DE LESÃO CORPORAL PRATICADO NO ÂMBITO DOMÉSTICO - MEDIDAS PROTETIVAS REQUERIDAS PELA VÍTIMA - INDEFERIMENTO PELO JUÍZO PRIMEVO - NATUREZA JURÍDICA DE TUTELA INIBITÓRIA - AUTONOMIA E SATISFATIVIDADE - RECURSO MINISTERIAL PROVIDO.

Em virtude do caráter protetivo da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), há que se conferir às medidas protetivas previstas no art. 22, a natureza jurídica de tutela inibitória, vez que categorizá-las como tutela cautelar equivale a esvaziar teleologicamente a lei, bem como prorrogar indefinidamente a situação de vulnerabilidade e desproteção da mulher.

O art. 22 da referida Lei condicionou a concessão das medidas protetivas tão somente à existência da situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, não fazendo qualquer menção à necessidade da existência de um inquérito policial ou um processo criminal em curso.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1.0024.11.045360-2/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - APELANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - APELADO(A)(S): VAGNER RODRIGUES BATISTA - VÍTIMA: NAIARA ALVES COSTA

## ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda, em Turma, a 1ª CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos em DAR PROVIMENTO.



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

DESA. KÁRIN EMMERICH

RELATORA.

DESA. KÁRIN EMMERICH (RELATORA)

V O T O

Trata-se de recurso de apelação de fls. 19/24 interposto pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, contra a decisão de fls. 14 que indeferiu o pedido de concessão de medidas protetivas postuladas pela vítima, ao argumento "que a suposta vítima não foi localizada no endereço informado nos autos, para fins de atendimento junto ao Setor Técnico, e sequer voltou a procurar os órgãos públicos legitimados ou a Secretaria deste Juízo para atualizar o seu paradeiro, demonstrando desinteresse ulterior na concessão das medidas".

Em suas razões, sustenta o Parquet que necessária a reforma da decisão, para que sejam deferidas as medidas protetivas postuladas pelas vítimas, "até que sobrevenham novos fatos capazes de alterar a situação de risco vivenciada pela vítima".

Contrarrazões de fls. 45/50, pugnando, em síntese, pela manutenção da decisão, "tendo em vista o total desinteresse da vítima."

Em sede de juízo de retratação, de fls. 75, o Juiz de primeiro grau manteve a decisão recorrida por seus próprios fundamentos, recebendo o recurso aviado como agravo de instrumento.

Parecer da Procuradoria Geral de Justiça, de fls. 81/83, opinando pelo conhecimento e não provimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

Antes de mais nada, ressalta-se que a decisão recorrida, de fls. 14 não pode ser tida como definitiva ou com força de definitiva, pois as medidas protetivas podem ser revistas/aplicadas a qualquer tempo, ex vi do art. 19, §§ 2º e 3º, da Lei nº 11.340/06.

Inegável, portanto, tratar-se de decisão interlocutória proferida no expediente apartado de medidas protetivas, cujo recurso cabível é o agravo de instrumento.

Entretanto, entendo que a irresignação ministerial ainda assim deve ser conhecida, em observância ao princípio da fungibilidade, mormente porque o recurso equivocadamente interposto fora aviado no prazo do recurso adequado.

Demais disso, frente à existência de discussão doutrinária e jurisprudencial acerca da natureza da decisão que indefere ou revoga medidas protetivas, se terminativa ou interlocutória, mostra-se razoável a aplicação do princípio da fungibilidade.

Outrossim, de se ressaltar, que foi preenchido o requisito da tempestividade, já que o prazo de interposição dos recursos de apelação criminal e de agravo de instrumento é o mesmo (5 dias).

Por tais considerações e também em face dos princípios da instrumentalidade das formas e da economia processual, conheço a apelação como agravo de instrumento, pois presentes os seus pressupostos de admissibilidade e processamento.

Não havendo preliminares arguidas ou mesmo que possam ser conhecidas de ofício, passo ao mérito.

Cuidam os autos de expediente instaurado em face dos requerimentos de medidas protetivas pela vítima em desfavor de seu agressor, ora apelado, Vagner Rodrigues Batista.

Consoante narrado alhures, almeja o Ministério Público do



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Estado de Minas Gerais a reforma da decisão e, por conseguinte, o deferimento das medidas protetivas requeridas pela vítima, asseverando que "que o fato de não ter comparecido ao setor especializado desse juízo não nos permite inferir desinteresse da vítima pelas medidas protetivas, tampouco é apto a desconstituir a presunção de veracidade das alegações firmadas pela autora".

Analisando detidamente a questão levantada nos autos, tenho que razão assiste ao Parquet.

Isso porque, depreende-se dos autos que a vítima, após terem sofrido supostas agressões físicas do seu companheiro, o ora apelado, compareceu à Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher. Na ocasião, foi lavrado o Boletim de Ocorrência (fls.06 e verso) e colhido o depoimento da vítima, consoante Termo de Declaração de fls. 04 e verso, no quais elas relatam o ocorrido, a saber:

Declarações de Naiara Alves Costa (fls. 04):

"Que estando a ofendida presente nesta Unidade Policial foi a mesma cientificada das medidas protetivas a que tem direito, previstas no art. 11 da Lei 11.340/2006, que poderão ser adotadas por esta Autoridade Policial, sendo estas: Garantir proteção policial, quando necessário; Encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal; Fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida; Se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar; bem como das medidas protetivas de urgência, que obrigam o agressor, a serem adotadas pelo poder Judiciário, conforme previsto no art. 22 da Lei 11.340/2006, sendo estas: suspensão da posse ou restrição do porte de armas; afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; proibição de determinadas condutas, entre as quais, a aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; freqüentação de determinados

lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; prestação de alimentos provisionais ou provisórios, null Que quanto aos fatos esclarece o seguinte: QUE A DECLARANTE CONVIVEU EM UNIÃO ESTÁVEL COM O INVESTIGADO POR SEIS ANOS E TIVERAM UM FILHO MENOR; QUE NA DATA DE 16 DE MARÇO DO ANO EM CURSO, POR VOLTA DAS 03:30 HORAS E NO INTERIOR DA RESIDÊNCIA DA DECLARANTE, FOI ESTA AGREDIDA FISICAMENTE PELO INVESTIGADO, O QUAL LHE DESFERIU VÁRIOS TAPAS NO ROSTO, TENTATIVA DE ENFORCAMENTO COM UM FIO DE TELEFONE E SOFREU UM SOCO NO OLHO; QUE AS AGRESSÕES FORAM MOTIVADAS POR CIÚMES, ALIADO AO CONSUMO EXCESSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E CERTAMENTE POR ENTORPECENTES, POR PARTE DO INVESTIGADO; QUE A DECLARANTE ACIONOU A POLICIA MILITAR, MAS NÃO TEVE SUCESSO NO ATENDIMENTO; QUE NÃO HOUE TESTEMUNHAS PRESENCIAIS DOS FATOS, MAS SUA GENITORA, SRA. LUCIENE ALVES DE OLIVEIRA, RESIDENTE NA RUA PAULO CAMPOS MENDES, Nº 06 - RIBEIRO DE ABREU, FOI QUEM A VIU MACHUCADA; QUE A DECLARANTE JÁ FOI AGREDIDA ANTERIORMENTE, MAS NÃO PEDIU PROVIDÊNCIAS; QUE RECEBE GUIA PARA ECD, POSTO QUE ENCONTRA-SE COM MARCAS DA LESÃO SOFRIDA POR OCASIÃO DO SOCO SOFRIDO NO OLHO; QUE A DECLARANTE SAIU DE CASA APÓS A AGRESSÃO, ENCONTRANDO-SE MORANDO EM OUTRO LOCAL; QUE DESEJA REPRESENTAR CRIMINALMENTE CONTRA O INVESTIGADO E REQUER A ADOÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS EM LEI. Que em cumprimento ao inc. I, do art. 12 da Lei 11.340/06, perguntado à ofendida se deseja representar contra o agressor, manifesta-se no sentido de não representar porém requerer medidas protetivas".

Note-se que, a vítima demonstrou sua vontade em representar contra o apelado (Termo de Declaração de fls.04), além de ter, expressamente, requerido a concessão de medidas protetivas de urgência, conforme Termo de Requerimento de fls. 05 e verso, dos qual constou as seguintes medidas:

"Medidas Protetivas



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

- Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- Proibição de determinadas condutas entre as quais:
  - Aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
  - Contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
  - Frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
  - Prestação de alimentos provisionais ou provisórios;
- . Determinar a separação de corpos;"

Assim, não obstante os requerimentos expressos, as medidas protetivas postuladas pelas vítimas foram indeferidas às fls. 14, sob o fundamento de que não tendo sido ela localizada, demonstrado está o seu desinteresse ulterior pela concessão de tais medidas.

Importa ressaltar que, apesar de os fatos relatados pelas vítimas não causarem qualquer espécie de surpresa, vez que, conflitos emergidos de relações afetivas têm sido a principal causa da violência doméstica praticada no âmbito familiar, o Poder Judiciário, juntamente com outros órgãos, vem se empenhando em dar efetividade às garantias insertas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) com o intuito de minorar a situação de fragilidade da mulher.

Como bem asseverou a eminente Ministra Eliana Calmon, em palestra proferida, em 26/04/13, no auditório deste Tribunal, no

evento que marcou o lançamento da campanha "Compromisso e Atitude - Lei Maria da Penha - A Lei é mais Forte", a questão da violência doméstica "passou a ser uma questão de Estado", por se tratar de um problema que atinge todo o mundo, "com destaque para as sociedades menos evoluídas". Destacou, também, a importância do papel do juiz, que, a partir da promulgação da Constituição de 1988, deve atuar como fiscal de políticas públicas. Asseverou, ainda, que o Poder Judiciário tem a obrigação de se engajar nesse movimento, estando sempre atento às mudanças. (Fonte: Assessoria de Comunicação Institucional - Ascom. Disponível em: <http://www.tjmg.jus.br/portal/imprensa/noticias/minista-eliana-calmon-profere-palestra-sobre-a-lei-maria-da-penha-notjmg.htm#.UX20ZqWnCp1>).

Nesse diapasão, releva salientar que referida lei foi promulgada com intuito de tornar mais rigorosa a punição dos casos de violência doméstica e familiar com vistas a proteger, não só a incolumidade física e emocional da mulher, como também garantir a tranquilidade e a harmonia no seio familiar.

Em razão do seu caráter protetivo, portanto, em determinados casos, devem ser decretadas medidas em favor da mulher para assegurar sua integridade e, por conseguinte, evitar maiores danos à vítima, à família ou até mesmo comprometer a regularidade de eventual investigação em curso.

Não é à toa que a inserção das medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha tem sido apontada como um dos maiores avanços no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no País.

No que concerne à natureza jurídica dessas medidas, muito se discute e, por ora, ainda inexistente consenso quanto a isso. A controvérsia divide doutrina e jurisprudência: parcela minoritária defende a natureza inibitória e o caráter autônomo e satisfativo das medidas, ao passo que outra parcela, a majoritária, defende a natureza cautelar e o cunho instrumental e acessório dessas medidas.



Consoante é cediço, a tutela inibitória, que, em nosso ordenamento positivo ostenta status constitucional (art. 5º, XXXV, CR/88), representa importante mecanismo contra lesão ou ameaça de violação a direito.

Luiz Guilherme Marinoni ressalta a importância da tutela inibitória e a distingue das cautelares, com os seguintes argumentos:

"A sua importância deriva do fato de que constitui ação de conhecimento que efetivamente pode inibir o ilícito. Dessa forma, distancia-se, em primeiro lugar, da ação cautelar, a qual é caracterizada por sua ligação com uma ação principal, e, depois, da ação declaratória, a qual já foi pensada como "preventiva", ainda que destituída de mecanismos de execução realmente capazes de impedir o ilícito. (...)

A ação inibitória é consequência necessária do novo perfil do Estado e das novas situações de direito substancial. Ou seja, a sua estruturação, ainda que dependente de teorização adequada, tem relação com as novas regras jurídicas, de conteúdo preventivo, bem como com a necessidade de se conferir verdadeira tutela preventiva aos direitos, especialmente aos de conteúdo não-patrimonial". (MARINONI, Luiz Guilherme. "Inibitória e tutela de remoção do ilícito". Fonte: [www.abdpc.org.br](http://www.abdpc.org.br)).

Vê-se, assim, que a tutela inibitória é cabível quando a pretensão almejada for a conservação da integridade do direito com vistas a prevenir ou impedir a prática ou a continuidade de um ilícito, garantindo-se, ao final, o próprio direito.

É importante que se faça a distinção entre as medidas protetivas e as medidas cautelares, tendo em vista que, a classificação equivocada das medidas protetivas - as que nos interessa no momento - pode colocar em xeque a própria efetividade do instituto ora em discussão e, ao revés, deixar a vítima em desamparo.

Teleologicamente, a Lei Maria da Penha foi criada com a



finalidade de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar praticada contra a mulher, conforme já afirmado. Tanto é assim que, com o objetivo de garantir a integridade física ou psíquica da vítima em situações de violência, estabelece providências judiciais, entre as quais se inserem as chamadas medidas protetivas de urgência.

É o que se lê, de imediato, em seu art. no art. 1º:

"Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar".

Em consonância com tal artigo, a proteção da integridade física e psíquica da mulher nada mais é do que o próprio direito, cuja satisfação só pode ser obtida por meio da tutela inibitória.

O caráter satisfativo das medidas protetivas é defendido por Maria Berenice Dias:

"As medidas deferidas, em sede de cognição sumária, não dispõem de caráter temporário, ou seja, não é imposto à vítima o dever de ingressar com ação principal no prazo de 30 dias. Todas têm caráter satisfativo, não se aplicando a limitação temporal prevista na lei civil. Subtrair a eficácia da medida depois do decurso de determinado prazo, conforme é sustentado em sede doutrinária, pode gerar situações para lá de perigosas. Basta supor a hipótese de ter sido afastado o ofensor do lar em face das severas agressões perpetradas contra a mulher, tendo ela ficado no domicílio comum junto com a prole. Decorridos 30 dias da efetivação da medida, de todo descabido que, pelo fim da eficácia da decisão, tenha o agressor o direito de retornar ao lar." (DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da

Penha na Justiça. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 15 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?content=2.22439>>. Acesso em: 29 de abril de 2013).

Na mesma linha de raciocínio, a Defensora Pública Julia Maria Seixas Bechara, também sustenta a tese de que as medidas protetivas de urgência ostentam natureza jurídica de tutela inibitória cível. Em seu artigo "Violência doméstica e natureza jurídica das medidas protetivas de urgência" enfrenta a questão da natureza jurídica das protetivas e faz críticas à cautelaridade. Para ela as características da tutela cautelar (instrumentalidade, temporariedade e não-satisfatividade) são incompatíveis com a finalidade das medidas protetivas, ressaltando que:

"(...) a exigência de futura propositura de ação significaria nova desproteção à vítima, em atendimento a formalismo incompatível com o mecanismo de solicitação da ordem. Isso posto, conclui-se que a medida protetiva, porque autônoma e satisfativa, não é tutela de natureza cautelar, mas sim tutela inibitória. Com efeito, ao entregar à vítima o direito material invocado - consistente em sua proteção perante o suposto agressor - dispensa a medida protetiva qualquer outro procedimento, produzindo efeitos enquanto existir a situação de perigo que embasou a ordem (rebus sic stantibus). A circunstância de a demanda ser fundada em perigo e baseada em cognição sumária - na fase de antecipação de tutela da protetiva - não implica, necessariamente, a caracterização da medida como cautelar". (BECHARA, Julia Maria Seixas. Violência doméstica e natureza jurídica das medidas protetivas de urgência. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2661, 14 out. 2010 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/17614>>).

Dessa forma, o mais razoável - exatamente em virtude do caráter protetivo da referida Lei - é conferir às medidas protetivas previstas no art. 22, a natureza jurídica de tutela inibitória, vez que categorizá-las como tutela cautelar equivale a esvaziar teleologicamente a lei, bem como protrair indefinidamente a situação de vulnerabilidade e desproteção da mulher.

Saliente-se, portanto, que, diferentemente da cautelar, a tutela inibitória é cabível quando se pretende conservar a integridade do direito e, por conseguinte, evitar que haja sua degradação. Em razão do caráter preventivo, as medidas inibitórias são autônomas e, diferentemente das medidas cautelares, não servem de instrumento para embasar a propositura da ação principal.

Com esteio nesse raciocínio, é possível concluir que o deferimento de tais medidas independe do interesse da vítima na persecução penal, vez que, conquanto deferidas, a manutenção dessas (das medidas), ainda que transitoriamente, independe de eventual propositura de eventual ação penal contra o agressor.

Extraí-se tal conclusão da leitura do art. 22 da Lei nº 11.340/06, o qual, em momento algum, condiciona a concessão das medidas à necessidade de instauração de inquérito policial ou de processo criminal em curso, fazendo-o tão somente no que concerne à existência de situação de violência no âmbito doméstico e familiar.

Para reforçar o caráter autônomo e satisfativo das medidas protetivas, vale citar que, na redação final da Lei nº 11.340/06, o termo "medidas cautelares" existente no texto original do anteprojeto de Lei nº 4.559/2004 decaiu dando lugar, posteriormente, à expressão "medidas protetivas de urgência".

O reconhecimento da autonomia das medidas protetivas, portanto, é imprescindível para que a mulher não se sinta desamparada em situações em que não for instaurado um processo criminal.

Isso significa dizer que, nos casos em que houver situação de violência no âmbito familiar, e, por sua vez, a mulher clamar pela concessão de tais medidas, como in casu, estas deverão ser concedidas, vez que objetivam, prima facie, a preservação da indenidade física e mental da mulher, bem como, em momento posterior, evita o acionamento da máquina estatal em intervenções

mais graves e severas e, conseqüentemente, mais lesivas não só para a família como, por vias oblíquas, para a toda sociedade.

No caso vertente conforme já salientado, as medidas protetivas foram requeridas pelas próprias vítimas, conforme Termos de Declaração (fls.10/11 e 12/13) e Termos de Requerimento de fls. 05/06 e 08/09.

Considerando, portanto, que a natureza jurídica de tutela inibitória das medidas protetivas as reveste de caráter autônomo e satisfativo, bem como o escopo da lei em questão, aliado às evidências de que o apelado, de fato, ameaçou as vítimas, e, ainda, diante da inexistência de qualquer manifestação da vítima no sentido de dispensar a aplicação das medidas, a reforma da decisão que as indeferiu é medida que se impõe.

Nesse sentido, vale colacionar a jurisprudência:

"APELAÇÃO CRIMINAL - RECEBIMENTO COMO AGRAVO DE INSTRUMENTO - APLICAÇÃO - FUNGIBILIDADE RECURSAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - AMEAÇA E LESÃO CORPORAL - LEI MARIA DA PENHA - EXPEDIENTE APARTADO DE MEDIDAS PROTETIVAS - PROCEDIMENTO AUTÔNOMO - CARÁTER SATISFATIVO - INDEPENDÊNCIA DO AJUIZAMENTO DE AÇÃO PRINCIPAL - MÉRITO - CONCESSÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS - NECESSIDADE - FUMUS BONI IURIS E PERICUM IN MORA CONFIGURADOS - ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS - DEFENSOR DATIVO - POSSIBILIDADE. (...) - As medidas protetivas abarcadas pela Lei Maria da Penha têm natureza autônoma, de caráter satisfativo, devendo por isso, produzir efeitos enquanto perdurar uma situação de perigo que ensejou o requerimento de proteção do Estado e, não apenas enquanto for manejada uma persecução criminal contra o suposto ofensor. (...)". (TJMG-AP Nº 1.0024.09.685258-7/001. Rel. Des. Jaubert Carneiro Jaques. J. 04/12/2012).

"(...) As medidas protetivas de urgência devem ter sua eficácia estendida até o momento em que cessar a necessidade de proteção da ofendida, não se vinculando à ação penal". (TJMG-AP



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

1.0024.10.253533-3/001. Rel. Des. Silas Vieira. DJe 22/06/2012).

Por derradeiro, de ofício, tendo em vista que não foram fixados honorários ao advogado dativo, nomeado às fls. 42v., no juízo primevo fixo-os em R 400,00 (quatrocentos reais), por ser um valor condizente ao trabalho exercido pelo aludido procurador nestes autos.

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso ministerial para deferir a concessão das medidas protetivas postuladas pela vítima às fls. 05 e verso, até o momento em que, porventura, sobrevierem fatos que permitam aferir se houve alteração do quadro de violência doméstica narrada nestes autos, os quais deverão ser avaliados pelo juiz de primeira instância, após a oitiva da vítima, sem prejuízo de que estas sejam revistas, nos termos do art.19, da Lei nº11.340/2006.

Prevalecendo o voto oficie-se ao Juízo primevo comunicando esta decisão para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

Custas isentas diante do provimento do recurso.

DES. SILAS RODRIGUES VIEIRA - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. ALBERTO DEODATO NETO - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "DERAM PROVIMENTO AO APELO MINISTERIAL"